

# ELEMENTOS DE RELAÇÕES ADULTO-CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

## ELEMENTS OF ADULT-CHILD RELATIONSHIP IN EARLY EARLY EDUCATION: A SYSTEMATIC REVIEW

Letícia de Fátima Macedo Cabral<sup>1</sup>

### Resumo

Os processos participativos na Educação Infantil promovem inclusão de crianças nas tomadas de decisões escolares. Com a participação, incentiva-se uma educação democrática e de qualidade, desempenhando um papel significativo no enfrentamento das desigualdades provenientes de visões adultocêntricas. Nesse sentido, o objetivo desta revisão é o de analisar as relações entre adultos e crianças em pesquisas na área de educação/ensino, especificamente pela análise de três aspectos: a participação, a relação adulto-criança e as práticas pedagógicas. Para o desenvolvimento da revisão foram utilizadas as orientações de Mainardes (2009). Ao todo 21 trabalhos compõem a revisão. Estes foram publicados entre os anos 2007 e 2024. Os dados coletados foram organizados em uma tabela que demonstra os dados dos artigos utilizados e três categorias de análise: participação; relação adulto-criança; e práticas pedagógicas. Esta revisão concluiu que: a participação infantil ressalta uma abordagem democrática e holística que reconheça a criança como um ator social competente; o papel do adulto é criar um ambiente que permita à criança expressar suas intenções e interesses, havendo a necessidade de uma reformulação das práticas pedagógicas e da compreensão das crianças como agentes sociais competentes. Como conclusão, ressalta-se que colocar a criança no centro do processo de aprendizagem significa promover sua autonomia e protagonismo.

*Palavras-chave:* Participação da criança. Relação adulto-criança. Prática pedagógica. Revisão Sistemática de Literatura.

### Abstract

Participatory processes in Early Childhood Education promote the inclusion of children in school decision-making. With participation, democratic and quality education is encouraged, playing a significant role in tackling inequalities arising from adult-centric views. In this sense, the objective of this review is to analyze the relationships between adults and children in research in the area of education/teaching, specifically by analyzing three aspects: participation, the adult-child relationship and pedagogical practices. To develop the review, the guidelines from Mainardes (2009) were used. In total, 21 works make up the review. These were published between 2007 and 2024. The data collected was organized in a table that demonstrates the data from the articles used and three categories of analysis:

---

<sup>1</sup> Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8407-0927>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6840734438848942>. E-mail: [judkson@gmail.com](mailto:judkson@gmail.com)

participation; adult-child relationship; and pedagogical practices. This review concluded that: child participation highlights a democratic and holistic approach that recognizes the child as a competent social actor; The role of the adult is to create an environment that allows the child to express their intentions and interests, with the need for a reformulation of pedagogical practices and the understanding of children as competent social agents. In conclusion, it is highlighted that placing the child at the center of the learning process means promoting their autonomy and protagonism.

**Keywords:** Child participation. Adult-child relationship. Pedagogical practice. Systematic Literature Review.

## **Introdução**

O presente trabalho trata-se da revisão sistemática de literatura (RSL) que compõe uma pesquisa mais ampla denominada “Conselhos Participativos Infantis na Educação Infantil (CPIEI) e sua contribuição aos processos de Ensino e Aprendizagem em Ciências e Matemática”, desenvolvida a nível de mestrado.

Deste modo, a dissertação em construção parte do pressuposto que a implementação do Conselho Participativo Infantil promove, aos processos de educar e cuidar, a busca por uma educação democrática e de qualidade, desempenhando um papel significativo no enfrentamento das desigualdades sociais.

Tendo como foco uma prática pedagógica que favorece a participação da criança, a proposta da CPIEI também abrange a problemática da introdução desta abordagem no ensino de ciências e matemática, uma vez que são áreas vistas, somente pelo viés disciplinar, tecnicista e que não abrange sua aplicação na vida cotidiana (Moraes, 2021).

A função de professores e gestores escolares se estabelece nesse espaço como promotores do exercício de cidadania e a ampliação da participação política, pois “a participação e cidadania dizem respeito à forma como crianças e adultos se apropriam do direito à construção democrática em suas vidas” (Tomás, 2007, p. 254).

Nesse sentido, para adentrar no campo da participação infantil, realizou-se esta RSL. Segundo Mainardes (2009), a RSL é um método rigoroso e estruturado de coletar, analisar e sintetizar evidências de estudos anteriores sobre uma questão de pesquisa específica.

Assim, o objetivo desta revisão consistiu em analisar as relações entre adultos e crianças em pesquisas na área de educação/ensino, especificamente pela análise de três aspectos: a participação, a relação adulto-criança e as práticas pedagógicas.

Para organizar o texto, estruturou-o da seguinte maneira: (1) referencial teórico utilizado na RSL; (2) a abordagem metodológica, para explicação dos passos que foram realizados durante o desenvolvimento da revisão; (3) análise dos dados coletados, que corresponde à organização dos dados coletados e a sistematização em categorias de análise; e (2) a conclusão a respeito de todo o processo do desenvolvimento deste trabalho.

## **Fundamentação Teórica – Desenvolvimento**

Entendemos a Educação Infantil, a primeira etapa da Educação Básica, como um espaço para que crianças tenham a oportunidade de se relacionar com pessoas e construir suas experiências. Assim, ao compreender a criança como protagonista, desempenhando um papel social importante, defendemos que sua participação “é um valor e uma estratégia que gera e alimenta sentimentos, uma cultura de solidariedade, de responsabilidade e de inclusão; produz trocas e uma nova cultura” (Silva, 2011, p. 25).

Deste modo, as vivências de participação da criança na escola corroboram a macro área temática “Cidadania e Civismo e os Temas Contemporâneos Transversais: Educação em Direitos” da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2017). Esta assegura as condições para que as crianças aprendam de forma ativa e entendam o mundo que as cerca como produção cultural infantil (Brasil, 2017).

Nesse contexto é que surge o Conselho Escolar como forma de a comunidade escolar discutir como pode ser melhorada de acordo com a sua realidade. Sendo assim, Drescher e Dutra (2014, p.15) indicam que os Conselhos Escolares “tornaram-se grandes mecanismos de democratização do ensino e da gestão democrática da educação, oportunizando um caminho a participação e ao comprometimento mútuo para a melhoria da qualidade da educação nacional”.

Como orienta a BNCC, as “experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização” (Brasil, 2017, p. 03). A participação da criança no Conselho Participativo Infantil dá a ela visibilidade em ações concretas, elucidando o trabalho de profissionais para um olhar de oportunidades sociais presentes e futuras.

Neste trabalho, defendemos a ideia de Camargo e Cabral (2023, p. 51), “de que as crianças são protagonistas, agentes de seus processos

de vida, nos mais diferentes contextos sociais. Tal ideia refuta os modos, arraigados historicamente no tecido social, de como são pensadas e tratadas as crianças”. Na ação inicial do Conselho Participativo Infantil, o intuito é de envolver as crianças da Educação Infantil na tomada de decisões sobre suas preferências na organização do ambiente escolar.

Para poder fundamentar essa proposta é preciso do apoio da literatura que já trabalha essa temática. Sendo assim, vemos na revisão de literatura a possibilidade de entender como é compreendida a participação da criança na relação entre adultos e crianças nas práticas pedagógicas no contexto da Educação Infantil.

Segundo Mainardes (2009), a revisão sistemática envolve etapas planejadas e bem definidas que visam garantir a transparência, a replicabilidade e a abrangência do processo de revisão. Mainardes (2009) destaca que uma revisão sistemática é diferente de uma revisão narrativa ou tradicional, pois segue um protocolo pré-definido que inclui a formulação de uma pergunta de pesquisa clara, a definição de critérios de inclusão e exclusão, a busca exaustiva por estudos relevantes, a avaliação crítica da qualidade dos estudos incluídos e a síntese dos resultados de maneira imparcial e objetiva.

O autor ainda diz que a RSL fornece uma visão abrangente e confiável sobre o estado atual do conhecimento em uma área específica, contribuindo para a tomada de decisões informadas e a identificação de lacunas na literatura (Mainardes, 2009).

## **Abordagem Metodológica**

Com o propósito de desenvolver uma pesquisa sobre os Conselhos Participativos na Educação Infantil surgiram os seguintes questionamentos: qual é o papel da participação da criança nas tomadas de decisão? E qual importância da relação adulto-criança? Como a prática pedagógica pode possibilitar a participação infantil?

Estas questões podem ser respondidas por meio de uma revisão sistemática na perspectiva qualitativa. Porque a pesquisa qualitativa é definida por Martins (2004, p. 289) como “aquela que privilegia a análise de micro processos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise”.

Orientando-se pelos estudos de Davies (2007), Mainardes (2009, p. 08) indica que um trabalho “inscreve-se na categoria de revisão sistemática (systematic review)” quando seu “objetivo é elaborar a síntese da pesquisa

existente em determinado campo ou temática, com a finalidade de responder questões específicas de investigação”.

De acordo com as orientações de Mainardes (2009), a presente RSL foi organizada em seis etapas: a definição das palavras de busca de acordo com a pergunta e temática de pesquisa; a busca das pesquisas; a seleção dos trabalhos que serão incluídos na revisão porque estão de acordo com a temática; a leitura e fichamento dos trabalhos selecionados; a organização dos dados e categorias; a produção do texto que apresenta o resultado das análises dos trabalhos.

Ao seguir esses passos, a RSL fornece uma visão abrangente e confiável sobre o estado atual do conhecimento em uma área específica, contribuindo para a tomada de decisões informadas e a identificação de lacunas na literatura.

A busca pelos trabalhos foi realizada por meio dos termos: “participação da criança”, “participação infantil”, “relação adulto e criança na educação infantil”, “planejamento compartilhado”, “prática pedagógica”, “conselho infantil”, “conselho mirim”, “conselho participativo infantil”. Só foram incluídos na revisão os trabalhos que abordassem diretamente essa temática. Foram encontrados 35 trabalhos, mas somente 21 foram selecionados para compor a revisão de literatura. O recorte temporal abrange o período entre os anos 2007 e 2024.

A análise dos dados foi realizada por meio da descrição das pesquisas na Tabela 1 e, também, por três categorias de análise que respondem as perguntas indicadas no início da abordagem metodológica: (1) participação; (2) relação adulto - criança; e (3) práticas pedagógicas. As categorias de análise foram desenvolvidas levando em consideração conteúdo dos trabalhos encontrados e os objetivos da pesquisa em nível de mestrado que originou este trabalho.

## **Análise de Dados**

Para uma melhor compreensão dos dados analisados, os 21 trabalhos selecionados para a RSL foram descritos na Quadro 1, abaixo.

Quadro 1 – Dados dos trabalhos incluídos na RSL

TÍTULO	AUTOR	ANO	NATUREZA
Políticas públicas e participação infantil	Sarmiento et al.	2007	Artigo
Cultura de (não) participação das crianças em contexto escolar	Tomás Gama	2011	Artigo
Participação da criança na promoção de seu direito à saúde: a visão de especialistas	Guimarães Lim	2014	Artigo

Participação infantil: a busca por uma relação democrática entre crianças e adultos	Demetrio et al.	2015	Artigo
Ressignificação do Trabalho Docente ao Ensinar Ciências na Educação Infantil em uma Perspectiva Investigativa	Sá et al.	2015	Artigo
Participação e envolvimento da criança numa tarefa de construção com educadoras e educadores	Ladeiras et al.	2017	Artigo
Pedagogia-em-Participação: a documentação pedagógica no âmago da instituição dos direitos da criança no cotidiano	Oliveira-Formosinho Formosinho	2017	Artigo
A participação ativa da criança no processo de ensino-aprendizagem	Sintra	2018	Artigo
Confrontando a norma: modos de participação de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo na escola	Laplane	2018	Artigo
Agir participativo e comunicativo: fundamentos filosóficos e legais da participação da criança e do adolescente nas políticas públicas	Zaro Custódio	2019	Artigo
Os interesses de aprendizagem das crianças na escola: trilhando caminhos da participação infantil	Vasconcelos et al.	2020	Artigo
Perspectivas sobre a participação da criança no ambiente educativo	Filipe et al.	2021	Artigo
Cidadania infantil: questões contemporâneas e implicações para a participação da criança	Brostolin	2021	Artigo
Entre limites e possibilidades: participação de crianças na prática pedagógica e intencionalidade docente	Campos Ramos	2021	Artigo
Movimentos sociais, participação infantil e direitos da criança no Brasil	Gouvêa et al.	2021	Artigo
A participação da criança na pesquisa: entre possibilidades e limites	Brostolin Azevedo	2021	Artigo
Um estudo sobre a participação infantil: o que nos dizem as pesquisas?	Soares Oliveira	2022	Artigo
Gestão escolar democrática e a participação infantil por meio da representatividade do Conselho Mirim	Costa Miranda	2023	Artigo
Práticas educativas: a participação da criança na determinação de seu dia-a-dia	Alves Caldana	2023	Artigo
A importância de potencializar a participação da criança nos momentos da rotina em Educação de Infância	Martins	2024	Tese

Fonte: O autor (2024).

É possível observar que os trabalhos selecionados foram publicados entre os anos 2007 e 2024, sendo a maioria publicado em 2021 (5 estudos). A modalidade de trabalhos predominantes foi a de artigos de periódicos científicos.

Quanto a análise categorial: a primeira categoria de análise aborda o conceito de participação; a segunda categoria é sobre o que as pesquisas consultadas falam a respeito da relação adulto-criança; e, por fim, a terceira categoria é sobre como as pesquisas mostram as práticas pedagógicas no contexto escolar.

## Categoria 1 – A participação Infantil

A participação infantil na perspectiva dos trabalhos que compõem a presente análise aponta para diversas dimensões e desafios nesse campo, ressaltando a importância de uma abordagem democrática e holística que reconheça a criança como um ator social competente (Vigotski, 1997).

Filipe et al. (2021) destacam que a participação ativa das crianças contribui para criar climas democráticos e um senso de pertencimento, realçando a necessidade de ouvi-las e envolver suas opiniões nos processos de tomada de decisão. Essa abordagem é reforçada por Tomás (2007), que vê a participação como um processo social de interação e negociação, essencial para influenciar diretamente nas decisões que afetam o grupo.

A Sociologia da Infância, como avaliado por autores como Veiga e Ferreira (2012), defende uma visão da criança como um ser com existência e experiência biossociais, ativamente envolvida na produção de cultura. Oliveira (2007) complementa ao discutir o desafio imposto pela perspectiva adultocêntrica, que tende a subestimar a competência das crianças para participar socialmente. Além disso, Cunha e Fernandes (2012) foca na etimologia e na multidimensionalidade do conceito de participação, enfatizando suas variáveis contextuais e as relações de poder envolvidas.

De acordo com Cunha e Fernandes (2012), a efetiva e real participação infantil ocorre somente se houver a garantias de três condições: “o reconhecimento do direito a participar, dispor das capacidades necessárias para exercê-lo; e que existam os meios ou os espaços adequados para torná-lo possível” (Cunha; Fernandes, 2012, p. 3).

Oliveira-Formosinho e Formosinho (2017) destacam a Pedagogia-em-Participação, que visa reconhecer a criança como agente de seu aprendizado e participante ativa em sua educação, além de promover um ambiente de liberdade e expressão, conforme descrito por Sintra. Esse entendimento é alinhado com a visão defendida por Hart (1993) e outros autores que acreditam que a participação permite o desenvolvimento da autonomia e autoconfiança, crucial para a construção da identidade social da criança.

Costa e Miranda (2023), Campos e Ramos (2021) e Moura (2023) discutem os desafios específicos na educação infantil, onde ainda persiste a ocultação e a exclusão da participação infantil. A visão de que a participação não deve ser meramente simbólica, mas efetiva, é defendida por esses estudiosos como essencial para legitimar a ação social das crianças.

Rocha (2008), Graham e Fitzgerald (2010), Sarmiento (2005), entre outros, aludem à necessidade de escutar as crianças e integrá-las nas

práticas educativas, destacando que a participação é uma condição para a efetivação dos direitos da infância. Sob essa perspectiva, a participação eficiente abarca uma multiplicidade de níveis e formas, exigindo um esforço contínuo para que as opiniões das crianças sejam consideradas nas decisões que impactam suas vidas, promovendo uma cultura de respeito mútuo e aprendizado democrático.

Van Bueren (1998) e Guimarães e Lima (2014) sublinham que a participação é um processo gradual que deve ser cultivado e que desafia a vulnerabilidade inerente à infância, buscando empoderar as crianças nas decisões sociais e políticas. No plano internacional a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e, no plano nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) determinam como um direito das crianças a participação na vida social e em assuntos que lhes dizem respeito.

Tal abordagem requer uma mudança de paradigma no reconhecimento das crianças como seres competentes, destacando a necessidade de criar espaços adequados e fornecer as capacidades necessárias para que essas participações sejam efetivas e transformadoras.

## Categoria 2 – A Relação Adulto-Criança

A literatura acadêmica sobre a relação adulto e criança no contexto educativo enfatiza a importância de uma participação ativa e dialogada das crianças no processo de educar e cuidar. Silva e Craveiro (2011) destacam que desafiar e envolver a criança nesse processo promove o desenvolvimento de atitudes de diálogo crítico e responsabilidade. Essa perspectiva é alinhada com Filipe et al. (2021), que sugerem que o papel do adulto é criar um ambiente que permita à criança expressar suas intenções e interesses, gerando negociações essenciais para decisões grupais.

Graham e Fitzgerald (2010) vão além, propondo uma abordagem dialógica que reconheça a agência das crianças e adultos, fortalecendo a interação e (re)conhecendo as contribuições individuais. Nesta visão, Hohmann e Weikart (2011) apontam como a liberdade de escolha e opinião das crianças pode levar a experiências cooperativas e de aprendizagem.

Sarmento (2005) e Brostolin (2021) discutem a assimetria de poder nas relações adulto-criança, enfatizando que essa visão compromete a realização dos direitos das crianças. Fernandes (2009) sugere que a maturidade deve ser equilibrada entre proteção e participação, enquanto Tomás (2007) critica a participação baseada na obrigação, defendendo

uma inclusão mais genuína da criança nos processos de tomada de decisão.

Oliveira e Abramowicz (2017) e Costa e Miranda (2023) apoiam a ideia de uma cidadania participativa que não apenas escute, mas também integre ativamente as crianças nas decisões. Isso exige dos educadores uma prática contínua de observação e escuta, como ressaltado por Luís, Andrade e Santos (2015), e a mitigação de práticas pedagógicas que limitam a participação das crianças.

A literatura também mostra a necessidade de uma reformulação das práticas pedagógicas e da compreensão das crianças como agentes sociais competentes (Woodhead e Faulkner, 2005; Oliveira-Formosinho e Formosinho, 2017). Sintra (2018) destaca a importância de um ambiente que favoreça a descoberta e a experimentação, reconhecendo a centralidade da criança no processo educativo.

Guimarães e Lima (2014) sublinham a importância de um equilíbrio entre a autonomia das crianças e a supervisão adulta, com um entendimento sustentável dos direitos das crianças. Este conjunto de ideias converge para uma compreensão da necessidade de práticas educativas que valorizem a participação ativa das crianças, respeitando suas individualidades e promovendo um engajamento genuíno e emancipatório.

### Categoria 3 – A Prática Pedagógica

A metodologia de trabalho por projetos, conforme discutido por diversos autores, coloca a criança no centro do processo de aprendizagem ao permitir que escolha e desenvolva as atividades de seu interesse, promovendo sua autonomia e protagonismo. Filipe et al. (2021) destacam a importância de planejar atividades a partir da observação das necessidades e interesses das crianças, criando espaços de aprendizado diversificados que fomentam interações significativas.

Além disso, Oliveira-Formosinho e Gâmbôa (2011) enfatizam a negociação como uma ferramenta vital que integra opiniões e promove a aprendizagem colaborativa, afastando-se da perspectiva tradicional e se alinhando mais com a abordagem construtivista. A participação ativa das crianças também é fomentada através do conceito da Escada de Participação de Hart, que é detalhado por Brostolin (2021) e Marques (2013). Esses autores ilustram o progresso que vai desde a manipulação e decoração (não participação) até o controle e gestão total por parte das crianças (participação plena).

Costa e Miranda (2023) reforçam a necessidade de a prática educativa ser mediada por uma comunicação eficaz, onde o educador deve estar atento ao planejamento e às intervenções para garantir uma maior autonomia dos alunos. A mediação pedagógica é discutida por Oliveira-Formosinho e Formosinho (2017) como um processo permanente de reflexão e autossuspensão ética, onde o educador permite que as crianças exerçam seus saberes e façam suas escolhas, estabelecendo um diálogo contínuo e documentado.

A abordagem participativa é também apoiada por Martins (2024), que vê a liberdade de expressão e a exploração de ideias como cruciais para a formação social da criança e para seu envolvimento ativo na sala. Essas práticas participativas encorajam as crianças a colaborar e se integrar gradualmente no ambiente cooperativo da sala, com o apoio dos adultos.

Brostolin e Azevedo (2021) sublinham a necessidade de incluir as crianças de maneira significativa em processos de escuta ativa e na tomada de decisões, superando práticas autoritárias e reconhecendo-as como protagonistas de seu aprendizado. Esses pontos são também abordados por Guimarães e Lima (2014), que destacam a importância de formas consultivas de participação em que as crianças são incentivadas a avaliar e propor melhorias em seus contextos.

A prática pedagógica participativa, portanto, está enraizada na escuta ativa, na liberdade de escolha, na negociação e no diálogo constante. Ao promover um ambiente onde a criança é vista como um participante ativo e competente, os educadores não apenas melhoram a qualidade do ensino, mas também contribuem significativamente para o desenvolvimento da autonomia, cidadania e identidade da criança, como argumentado por Soares e Oliveira (2022) e outros autores mencionados. Esse conjunto de práticas integra a educação formal com um compromisso recíproco entre adultos e crianças, promovendo um aprendizado significativo e democrático.

Conforme discutido pelos autores, colocar a criança no centro do processo de aprendizagem significa permitir que ela escolha e desenvolva as atividades de seu interesse, promovendo sua autonomia e protagonismo. As publicações já existentes servem de apoio para o entendimento de que já na educação infantil é preciso inserir as crianças em vivências de participação em tomadas de decisões.

Diante da análise dos trabalhos da revisão, percebe-se como diferencial e inovação o propósito de discutir os Conselhos Participativos Infantis já na Educação Infantil e também a sua contribuição aos processos

de ensino e aprendizagem especificamente nas áreas das Ciências e Matemática.

Nesse sentido, é muito importante entender o que a literatura acadêmica já discute a respeito desta temática e também para poder apoiar a pesquisa em teorias já validadas.

## **Considerações Finais**

O objetivo desta revisão foi analisar as relações entre adultos e crianças em pesquisas na área de educação/ensino, especificamente pela análise de três aspectos: a participação, a relação adulto-criança e as práticas pedagógicas. Entre 35 trabalhos encontrados, foram selecionados 21 trabalhos para esta revisão que foram publicados entre os anos de 2007 e 2024.

A participação infantil na perspectiva dos trabalhos que compõe a presente análise aponta para diversas dimensões e desafios nesse campo, ressaltando a importância de uma abordagem democrática e holística que reconheça a criança como um ator social competente.

O papel do adulto é criar um ambiente que permita à criança expressar suas intenções e interesses, gerando negociações essenciais para decisões grupais. Sendo assim, há a necessidade de uma reformulação das práticas pedagógicas e da compreensão das crianças como agentes sociais competentes. Sendo importante haver um equilíbrio entre a autonomia das crianças e a supervisão adulta, com um entendimento sustentável dos direitos das crianças.

Colocar a criança no centro do processo de aprendizagem significa oportunizar que ela escolha e desenvolva as atividades de seu interesse, promovendo sua autonomia e protagonismo. Ao promover um ambiente onde a criança é vista como um participante ativo e competente, os educadores não apenas melhoram a qualidade do ensino, mas também contribuem significativamente para o desenvolvimento da autonomia, cidadania e identidade da criança. Esse conjunto de práticas integra a educação formal com um compromisso recíproco entre adultos e crianças, promovendo um aprendizado significativo e democrático.

Foi possível perceber como diferencial e inovação o propósito de discutir os Conselhos Participativos Infantis já na Educação Infantil e também a sua contribuição aos processos de educar e cuidar. Discutir as práticas pedagógicas que facilitam a participação da criança nas tomadas de decisões escolares será uma contribuição importante para a Educação Infantil.

## Referências

- ALVES, Z. M. M. B.; CALDANA, R. H. L. Práticas educativas: a participação da criança na determinação de seu dia-a-dia. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 8, n. 02, p. 231-242, 1992.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Diário Oficial, 2017.
- BROSTOLIN, M. R. Cidadania infantil: questões contemporâneas e implicações para a participação da criança. *Eccos Revista Científica*, n. 56, 2021.
- BROSTOLIN, M. R.; AZEVEDO, A. P. Z. A participação da criança na pesquisa: entre possibilidades e limites. *Revista Pedagógica*, v. 23, p. 1-19, 2021.
- CAMARGO, G. B.; CABRAL, L. de F. M. Conselho participativo Infantil: uma iniciativa dialógica com crianças da educação infantil. In: UJIE, N. T.; RODRIGUES, A. A.; SILVA, E. P. da (Orgs). *Ensaio em pedagogia: estudos e escritas científicas*. Santa Maria: Arco Editores, 2023. p. 51-69.
- CAMPOS, R. K. do N.; RAMOS, T. K. G. Entre limites e possibilidades: participação de crianças na prática pedagógica e intencionalidade docente. *Debates em Educação*, v. 13, n. 33, p. 219-239, 2021.
- COSTA, L. S.; MIRANDA, N. A. de. Gestão escolar democrática e a participação infantil por meio da representatividade do Conselho Mirim. *Quaestio-Revista de Estudos em Educação*, v. 25, p. e023022-e023022, 2023.
- CUNHA, A. C. P. C.; FERNANDES, N. Participação infantil: a sua visibilidade a partir da análise de teses e dissertações em Sociologia da Infância. In: DORNELES, L. V.; FERNANDES, N. *Perspetivas sociológicas e educacionais em estudos da criança: as marcas das dialogicidades luso-brasileiras*. Braga: Centro de Investigação em Estudos da Criança, Universidade do Minho, 2012.
- DAVIES, P. Revisões sistemáticas e Campbell Collaboration. In: THOMAS, G.; PRING, R. *Educação baseada em evidências: a utilização dos achados científicos para qualificação da prática pedagógica*. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 31-43.
- DEMETRIO, R. V.; BODENMULLER, S. C.; AGOSTINHO, K. A.. Participação infantil: a busca por uma relação democrática entre crianças e adultos. *Zero-a-seis*, v. 17, n. 32, p. 224-239, 2015.
- DRESCHER, C. H. P.; DUTRA, C. E. G. A Importância do Conselho Escolar para a Gestão Democrática da Escola. 2014. 52f. Monografia (Especialização Lato Sensu em Gestão Educacional) – Universidade Federal de Santa Maria. UFSM: Agudo: 2014.
- FILIPE, S.; SILVA, B.; GOMES, A. Perspetivas sobre a participação da criança no ambiente educativo. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, v. 8, n. 1, p. 57-75, 2021.
- GOUVÊA, M. C. S. de; CARVALHO, L. D.; SILVA, I. de O. Movimentos sociais, participação infantil e direitos da criança no Brasil. *Educação e Pesquisa*, v. 47, p. e237436, 2021.
- GRAHAM, A.; FITZGERALD, R. Desenvolvendo a participação infantil: explorando o potencial de uma virada dialógica. *Infância*, v. 17, n. 3, p. 343-359, 2010.
- GUIMARÃES, J. S.; LIMA, I. M. S. O. Participação da criança na promoção de seu direito à saúde: a visão de especialistas. *SER Social*, v. 16, n. 34, p. 115-115, 2014.
- HART, R. *Children's Participation: from tokenism to citizenship*. Florence: UNICEF, 1993.
- LADEIRAS, A.; BARROSO, I.; FERNANDES, I.; FERREIRA, A.; VELOSO, C.; FUERTES, M.; SOUSA, O. Participação e envolvimento da criança numa tarefa de construção com educadoras e educadores. VEIGA, F. H. (Coord.). *Envolvimento dos Alunos na Escola: Perspetivas da Psicologia e Educação - Motivação para o Desempenho Académico*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2016. p. 619-633.
- LAPLANE, A. L. F. de. Confrontando a norma: modos de participação de crianças com

- Transtorno do Espectro do Autismo na escola. *Horizontes*, v. 36, n. 3, p. 111-120, 2018.
- LUÍS, J. de F.; ANDRADE, S.; SANTOS, P. de C. A atitude do educador de infância e a participação da criança como referenciais de qualidade em educação. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 20, n. 61, abr-jun, p. 521-541, 2015.
- MAINARDES, J. A pesquisa sobre a organização da escolaridade em ciclos no Brasil (2000-2006): mapeamento e problematizações. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, p. 7-23, 2009.
- MARQUES, C. R. S. Participação infantil, jogos e valores sociais em jardim de infância. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Aveiro. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2013.
- MARTINS, D. M. S. A importância de potencializar a participação da criança nos momentos da rotina em Educação de Infância. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Piauí. Terezina: UFPI, 2020.
- MARTINS, H. H. T. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e pesquisa*, v. 30, n. 02, p. 289-300, 2004.
- MORAES, J. C. P. Crianças Pequenas e Educação Matemática: questões conceituais, metodológicas e epistêmicas. *Educação Matemática em Revista*, v. 26, n. 73, p. 75-94, 2021.
- MOURA, B. P. de. A construção da participação infantil através do conselho mirim. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC, 2023.
- OLIVEIRA, F.; ABRAMOWICZ, A. Políticas Públicas e Direitos das Crianças: uma reflexão a partir da perspectiva étnico-racial. *Revista Zero a Seis, Florianópolis*, v. 19, n. 36, p. 290-307, 2017.
- OLIVEIRA, Z. R. Educação Infantil: fundamentos e métodos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; FORMOSINHO, J. Pedagogia-em-Participação: a documentação pedagógica no âmago da instituição dos direitos da criança no cotidiano. *Em Aberto*, v. 30, n. 100, 2017.
- SÀ, E. F.; MALINE, C.; MAUÉS, E.; SOUZA, A. de C. Ressignificação do trabalho docente ao ensinar Ciências na educação infantil em uma perspectiva investigativa. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, v. 18, n. 3, p. 993-1024, 2018.
- ROCHA, E. A. C. 30 anos da educação infantil na ANPED: caminhos da pesquisa. *Zero-a-Seis, Florianópolis*, n. 17, jan./jul. 2008.
- SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, Maio/Agô. 2005
- SARMENTO, M. J.; FERNANDE, N.; TOMÁS, C. Políticas Públicas e Participação Infantil. *Educação, Sociedade e Culturas*, Braga, nº 25, p. 183-206, 2007.
- SILVA, J. S. da. O Planejamento no Enfoque Emergente: Uma experiência no 1º Ano do Ensino Fundamental de Nove Anos. 2011. Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS: Porto Alegre, 2011.
- SINTRA, A. C. A participação ativa da criança no processo de ensino-aprendizagem. 77 f. Dissertação (Mestrado em Educação Pré-escolar) – Escola Superior de Educação Jean Piaget. Almada: Escola Superior de Educação Jean Piaget, 2018.
- SOARES, L. M.; OLIVEIRA, F. de. Um estudo sobre a participação infantil: o que nos dizem as pesquisas? *Zero-a-Seis, Florianópolis*, v. 24, n. 46, p. 1258-1284, jul./dez., 2022.
- TOMÁS, C. Participação não tem Idade" Participação das Crianças e Cidadania da Infância. *Revista Contexto & Educação*. Ijuí, v. 22, n. 78, p. 45-68. 2007.
- TOMÁS, C.; GAMA, A. Cultura de (não) participação das crianças em contexto escolar. *Educação, Territórios e (Des) Igualdades II Encontro de Sociologia da Educação*, 2011.
- VASCONCELOS, Q. A.; KREMER, C.; BARBOSA, M. C. S. Os interesses de aprendizagem das crianças na escola: trilhando caminhos da participação infantil. *Momento-Diálogos em Educação*, v. 29, n. 3, 2020.
- VEIGA, R.; FERREIRA, M. Entre as práticas pedagógicas e as culturas infantis: contributo

para a compreensão da participação das crianças em um jardim da infância. *Cadernos de Estudos Sociais*. v.32, n.2, p.1-29, 2017.

VYGOTSKI, L. S. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1997.

WOODHEAD, M.; FAULKNER, D. *Sujeitos, Objetos ou Participantes?: dilemas da investigação com crianças*. In: CHRISTENSEN, P; JAMES, A. (Org.). *Investigação com Crianças: perspectivas e práticas*. Porto: Paula Frassinetti, 2005. p. 1-28.

ZARO, J.; CUSTÓDIO, A. V. *Agir participativo e comunicativo: fundamentos filosóficos e legais da participação da criança e do adolescente nas políticas públicas*. *Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, v. 6, n. 3, 2019.

Submetido em março de 2025

Aceito em junho de 2025

Publicado em julho de 2025

